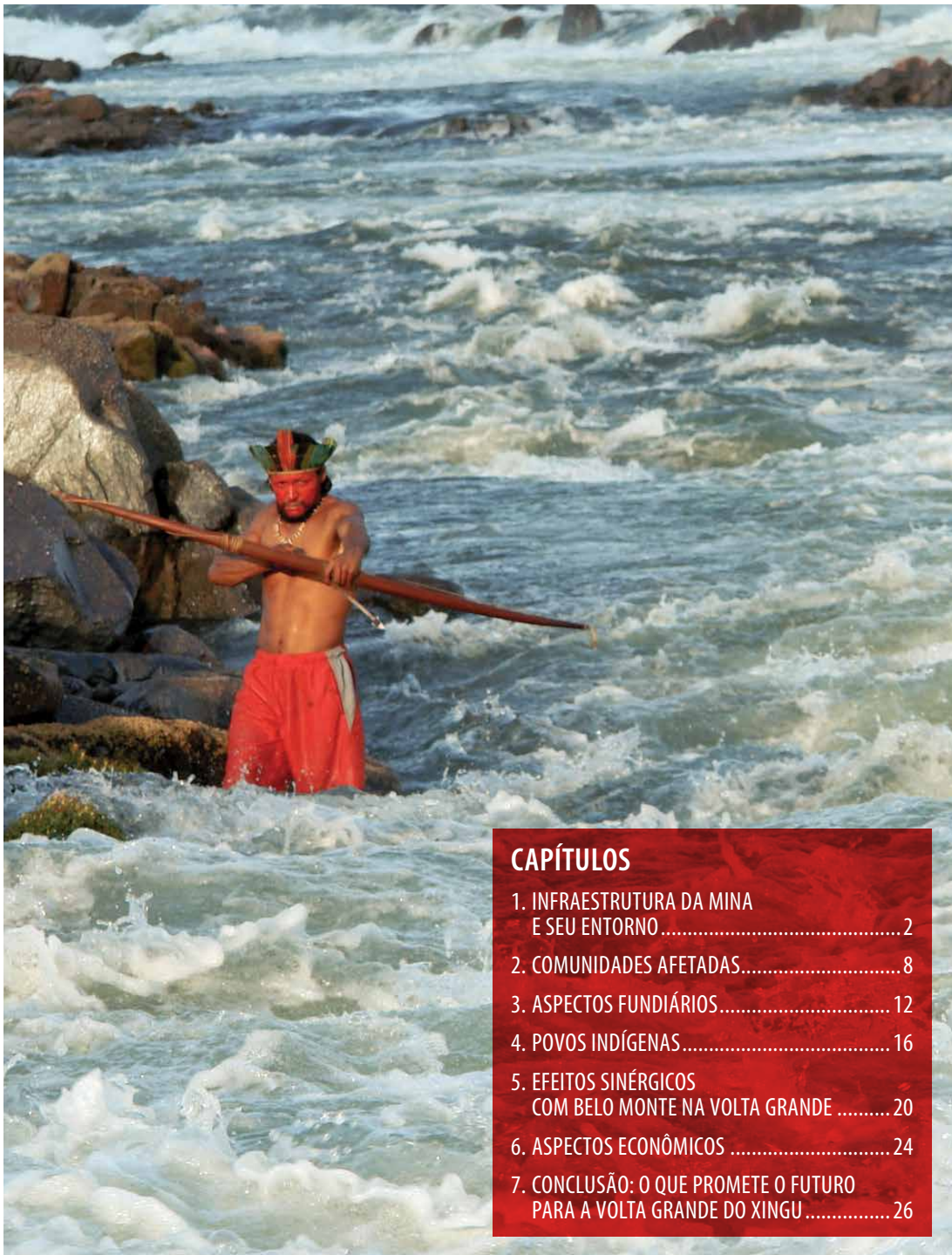


As veias abertas da Volta Grande do Xingu

Análise dos impactos da mineradora Belo Sun sobre a região afetada por Belo Monte

POR MARCEL GOMES*

Verena Glass



CAPÍTULOS

1. INFRAESTRUTURA DA MINA E SEU ENTORNO 2
2. COMUNIDADES AFETADAS..... 8
3. ASPECTOS FUNDIÁRIOS..... 12
4. POVOS INDÍGENAS..... 16
5. EFEITOS SINÉRGICOS COM BELO MONTE NA VOLTA GRANDE 20
6. ASPECTOS ECONÔMICOS 24
7. CONCLUSÃO: O QUE PROMETE O FUTURO PARA A VOLTA GRANDE DO XINGU 26

1. INFRAESTRUTURA DA MINA E SEU ENTORNO

A bacia hidrográfica do rio Xingu, que ganhou o noticiário mundial nos últimos anos por causa da hidrelétrica de Belo Monte, construída ao norte do município de Altamira, no Pará, tornou-se base de um outro empreendimento com potencial de gerar novos impactos sobre os povos, a floresta e as águas da região.

Trata-se do Projeto Volta Grande, referência a um dos trechos mais emblemáticos do rio, que prevê a criação da maior mina de ouro a céu aberto do país. Os investimentos anunciados, de R\$ 1,22 bilhão, são da empresa Belo Sun Mineração Ltda., subsidiária da canadense Belo Sun Mining Corp¹.

O empreendimento está sendo desenvolvido desde 2012 no município de Senador José Porfírio, limítrofe à Altamira e com 12 mil habitantes. A área onde se localiza a jazida já foi adquirida e um acampamento, com 38 empregados, serve de base operacional da nova companhia. Em 12 anos de exploração, almeja-se extrair 73,7 toneladas de ouro do local.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas) emitiu a licença prévia (LP) em 2014 e a licença de instalação (LI) em 2017, mas seguidas decisões judiciais, que suspenderam a LI e paralisaram o projeto, têm atrasado os planos dos investidores.

A intervenção tanto da Justiça estadual quanto da federal tem sido demandada, respectivamente, pela Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE) e o Ministério Público Federal (MPF), que apontam uma série de riscos associados a Belo Sun.

Por um lado, comunidades de garimpeiros, ribeirinhos, posseiros e assentados da reforma agrária terão de ser realocadas em outras terras. Por outro, temem-se os impactos sociais e ambientais em duas terras indígenas (TI) existentes nas cercanias, as TIs Paquichamba e Arara da Volta Grande do Xingu, assim como sobre os demais indígenas não aldeados que vivem na região.

Preocupa, ainda, quais novos impactos pode trazer o primeiro projeto de mineração industrial na área de Volta Grande a um ecossistema já bastante alterado por Belo Monte.

A criação do lago da hidrelétrica no rio Xingu, a montante do trecho da Volta Grande, inundou ilhas que serviam de moradia ou base para pesca de ribeirinhos e indígenas. A disponibilidade e a qualidade dos peixes foram reduzidas, na avaliação de diversas lideranças sociais entrevistadas para este estudo. Houve, assim, desarticulação da vida comunitária e de seus meios de subsistência.

Além disso, variações no volume de água liberada para a Volta Grande, ao

¹ <http://www.blogprojetovoltagrande.com.br/index/sobre>



Mina a céu aberto do projeto Grande Carajás. Esse tipo de mineração tem grande impacto



Ilhas do Xingu foram queimadas por Belo Monte para a supressão da vegetação

sabor de decisões técnicas da Norte Energia, o consórcio administrador de Belo Monte, também afetam a pesca e a criação de peixes ornamentais, outro ganha-pão comum entre ribeirinhos e indígenas.

Em outubro de 2016, o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) enviou representantes para avaliar denúncias recebidas sobre violações aos direitos dos moradores da região. Após a visita, o órgão deu o alerta: a sobreposição de impactos de Belo Monte e Belo Sun poderia inviabilizar a continuidade da vida na Volta Grande².

Imediatamente, o CNDH recomendou que Belo Sun suspendesse a aquisição de terras na região da Volta Grande, por conta dos impactos sociais e econômicos gerados por esse processo. Mais tarde, em fevereiro de 2017, o mesmo órgão defendeu que o governo do Pará suspendesse a licença de instalação da empresa³ – o que foi negado.

Como observou o CNDH, mesmo sem ainda operar, os impactos de Belo Sun são visíveis na Volta Grande. Dezenas de pequenos produtores que viviam na região venderam o direito sobre suas terras para a empresa, e foram embora.

A desarticulação da atividade garimpeira também é notável. A empresa

comprou áreas onde há décadas se desenvolvia a extração do ouro, de forma autônoma e em regime de partilha com os chamados “donos do garimpo” – aqueles que tinham a posse da terra onde as minas eram exploradas. Com isso, a atividade foi interrompida em definitivo.

Sem novas cavas, alguns garimpeiros têm reprocessado rejeitos antigos em busca de gramas de ouro. Outros partiram, em busca de trabalho. A Vila da Ressaca, outrora o centro econômico da Volta Grande, com linhas de transporte fluvial, mercado, posto de saúde e escola, hoje é sombra do que foi no passado.

As transformações da vida no Xingu, marcadas por Belo Monte e, agora, por Belo Sun, acumulam-se há muitos anos.

A bacia hidrográfica do rio, com área aproximada de 509.000 km², o equivalente a 40% do Estado do Pará, desenvolve-se no sentido sul-norte, com suas águas formadoras nascendo na Chapada dos Parecis, no Mato Grosso. Está limitada a oeste pela bacia do rio Tapajós, e a leste, pela bacia dos rios Araguaia e Tocantins.

Alguns dos maiores impactos sobre o ecossistema vêm das rodovias BR-153, BR-158 e BR-230 (Transamazônica), que servem para escoamento da produção agropecuária e madeireira das áreas exploradas em municípios como São Félix do Xingu, Novo Repartimento e Novo Progresso⁴.

² <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/atingidos-por-belo-sun-e-belo-monte-preocupam-conselho-nacional-de-direitos-humanos>

³ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-02/conselho-de-direitos-humanos-recomenda-que-%20PA-suspenda-licenca-para-mina-de-ouro>

⁴ <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-xingu/de-olho-no-xingu-parte-i-historico-de-desmatamento-e-tendencias-atuais-parte-i>



Belo Monte transformou a Volta Grande do Xingu, alterando significativamente os modos de vida da população

A infraestrutura de transporte, ainda que degradada em vários trechos, incentiva processos de depredação especulativa, atividade madeireira e mineral irregulares, instalação de grandes empresas de pecuária, e conversão da floresta em soja. Há, ainda, os efeitos gerados pelos projetos de reforma agrária, com a chegada de pequenos produtores voltados à produção de subsistência e ao comércio local.

É nesse contexto instável que se insere o Projeto Volta Grande, um novo foco de pressão sobre o trecho médio da bacia do Xingu, já alterado por Belo Monte. Conforme as análises geológicas, o projeto foi dividido em duas áreas, o bloco Norte e o Sul, ambas separadas por cerca de 10 km.

Neste primeiro momento, o foco exploratório recairá sobre o bloco Norte⁵. O plano de Belo Sun prevê atividades de exploração de ouro ao menos por doze anos, mais dois para fechamento e outros oito de monitoramento.

Conforme descrição da própria companhia, na área de operações será construída a chamada “cava a céu aberto”, uma vez que o minério não se localiza em grande profundidade. Esse método é o mesmo empregado em projetos de exploração de outros minérios na região amazônica.

O projeto de Belo Sun prevê duas cavas, chamadas Ouro Verde e Grota Seca,

ambas com 220 metros de profundidade aproximadamente. São nomes que remetem a duas antigas minas de ouro existentes na área e exploradas por garimpeiros locais. Segundo a empresa, o projeto já detém 20 outorgas de exploração, totalizando 103,354 ha; além disso, vigoram ainda quatro pedidos de lavra em uma área de 2.356 ha, 10 pedidos de concessão de direitos minerários em 23.208 ha e mais oito pedido de exploração em áreas públicas em mais 3.660 ha.

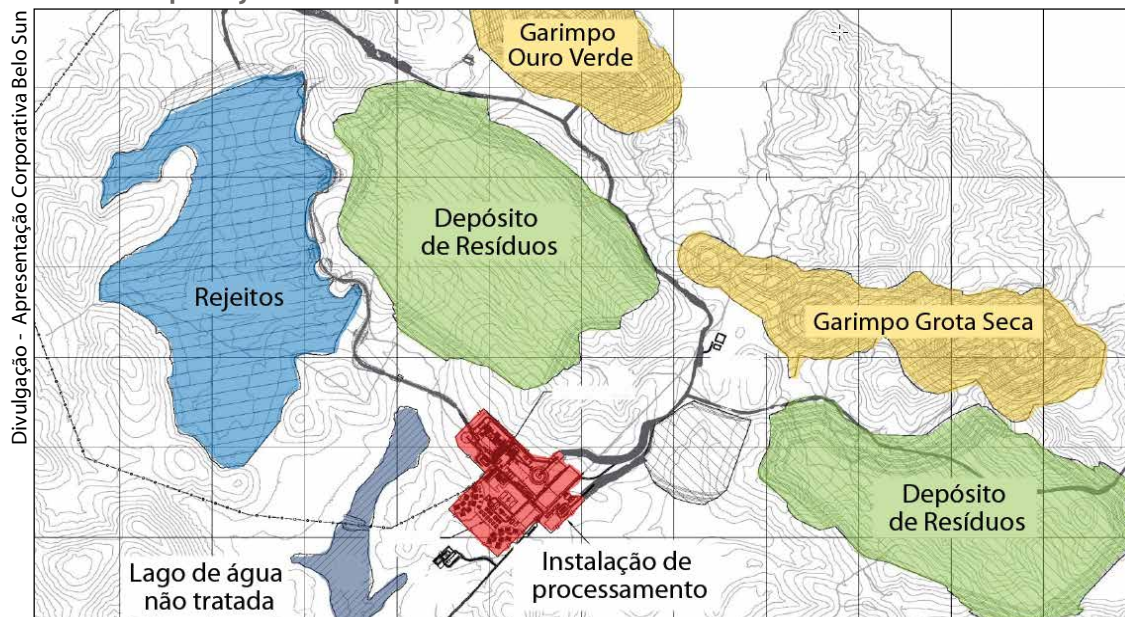
A terra e a rocha retiradas das cavas serão ajustadas em duas pilhas dentro do empreendimento, uma de até 195 metros de altura e outra de até 210 metros. O projeto também prevê a instalação de uma barragem de rejeitos, com capacidade ocupada de 35,43 milhões de metros cúbicos ao final da operação. A barragem do Fundão⁶, em Mariana, que rompeu em novembro de 2015 gerando o maior acidente ambiental já registrado no país, comportava oficialmente 2,65 milhões de metros cúbicos de areia, lama e detritos de minério, mas vazaram do reservatório 55 milhões de rejeitos, segundo a Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais - FEAM⁷.

5 http://belosun.com/volta_grande/mineral_resources/ e <http://www.sedar.com/DisplayCompanyDocuments.do?lang=EN&issuerNo=00006215>

6 <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/volume-vazado-em-mariana-equivale-13-da-capacidade-da-guarapiranga.html>

7 http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/12/01/interna_gerais,712952/barragem-tinha-20-vezes-o-volume-registrado.shtml

Estruturas planejadas no Empreendimento de Belo Sun



De acordo com nota técnica de Belo Sun de 2012⁸, foram identificados nos estudos ambientais do projeto alguns dos riscos/perigos relacionados com a operação da barragem, tais como “extravasamento da barragem de rejeitos e diques de contenção por aporte hídrico maior do que a capacidade de suporte do sistema; rompimento da barragem de rejeitos, e rompimento do rejeitoduto”. Segundo a nota técnica, “o perigo de rompimento da barragem de rejeitos foi definido como pouco provável, mas tendo consequências catastróficas” caso ocorra.

Além da quantidade de rejeitos, levanta-se a questão sobre quais materiais contaminantes podem estar presentes ali. Em Paracatu, Minas Gerais, lideranças e autoridades locais, além do MPF, mobilizaram-se depois que obtiveram dados sobre a presença de arsênio na água consumida na cidade, onde há exploração de ouro⁹. O arsênio está presente naturalmente na terra e rochas da região, e se dispersava com a operação de processamento.

Estudos da Belo Sun apontam a presença de arsênio, antimônio, chumbo, cobre e enxofre nos materiais analisados na região, mas, segundo a empresa, em concentrações “suficientemente baixas”. Além do potencial contaminante para o ecossistema, esses

elementos poderiam ampliar a necessidade do uso de cianeto no processamento do ouro.

O cianeto é insumo do processo de beneficiamento do ouro por lixiviação, método mais comum utilizado pela indústria do setor no mundo¹⁰. Ele gera subprodutos de alta toxicidade para seres humanos, fauna, flora e águas¹¹, o que exige rigoroso controle e monitoramento, inclusive quando a operação da mina for encerrada. Em doze anos de operação, é possível estimar que 10.500 toneladas de cianeto sejam empregadas nas operações do projeto¹².

Outro foco de polêmica é o uso de água nas diversas etapas de extração de ouro por Belo Sun. Inicialmente, a empresa pretendia captar água do próprio rio Xingu, mas a ideia foi abandonada.

Tentou-se evitar, assim, não só reduzir eventuais impactos sinérgicos entre Belo Sun e Belo Monte relacionados à disponibilidade hídrica na Volta Grande, mas também que o licenciamento ambiental tivesse automaticamente de ser feito pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos

⁸ <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/41/Nota%20Tecnica%20PVG%281%29.pdf>

⁹ http://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2017/02/17/interna_nacional,848271/exploracao-de-ouro-causa-tensao-em-cidade-historica.shtml

¹⁰ <https://www.ppgem.eng.ufmg.br/defesas/2172M.PDF>

¹¹ <http://www.geologo.com.br/MAINLINK.ASP?VAIPARA=-tiosulfato%20ou%20cianeto%C3%A7%C3%A3o>

¹² Esse cálculo foi feito considerando estimativa do biólogo Frederico Luiz Silva Caheté no artigo “A extração do ouro na Amazônia e suas implicações para o meio ambiente”, NAEA/UFPA, de 1995. Segundo ele, para cada tonelada de minério processado, são utilizadas 250 gramas de cianeto. A operação de Belo Sun prevê o processamento de 42 milhões de toneladas de minério por ano.

Naturais Renováveis (Ibama), uma vez que o Xingu é um rio federal¹³. De acordo com nota técnica da Semas, as distâncias entre as estruturas da mina em relação ao rio são:

- Pilha de estéril Ouro Verde, maior proximidade de 960 metros
- Pilha de estéril Grota Seca, maior proximidade de 1,1 km
- Cava Ouro Verde, maior proximidade de 120 metros
- Cava Grota Seca, maior proximidade de 500 metros
- Barragem de rejeitos, maior proximidade de 1,6 km
- Lago de contenção leste, maior proximidade de 2,5 km
- Lago de contenção oeste, maior proximidade de 2,3 km
- Aterro sanitário, maior proximidade de 3,8 km
- Planta de beneficiamento, maior proximidade de 2,2 km
- Estação de tratamento de efluentes, maior proximidade de 3 km

Sem a opção do uso da água do rio, o projeto prevê agora a construção de dois poços tubulares (um com vazão de 4,25 m³ por hora, já outorgado, e outro de 6,25 m³ por hora, ainda sob avaliação da Semas), para garantir o abastecimento na fase de implantação da mina. Essa água potável seria utilizada para consumo dos trabalhadores.

Haveria, ainda, a demanda de água para serviço e uso geral, em até 48,5 m³ por hora. Nesse caso, o projeto prevê captação superficial no rio Itatá, no igarapé Ressacão e em um igarapé sem nome próximo à área da Grota Seca. Até julho de 2017, a Semas não havia concedido nenhuma dessas outorgas.

Quando a operação começar, a necessidade de água saltará para 473,1m³ em média por hora, sendo 56% nova e 44% proveniente de recirculação. Para atender a demanda, além de manter um dos poços em funcionamento, serão construídos dois lagos de contenção: um com vazão máxima de 100 m³ e outro de 115m³ por hora, a serem abastecidos com água da chuva.

Mesmo sem utilizar água do rio Xingu, a grande demanda hídrica do projeto

assusta os moradores da região. A demanda de 473,1m³ por hora seria suficiente para abastecer uma cidade de 45 mil habitantes.

Para reduzir as críticas, a Semas estabeleceu como uma das condicionantes à licença de instalação que a empresa realize, mensalmente, o monitoramento hidrológico no trecho do Xingu onde se encontra a mina.

A atuação do órgão estadual, porém, não tem sido suficiente para reduzir os temores de que uma tragédia possa ocorrer no futuro. Representes de movimentos sociais e autoridades públicas alertam para os riscos de contaminação, rompimento da barragem de rejeitos e até que as explosões a serem realizadas na mina afetem a estrutura de Belo Monte.

Até julho de 2017, os efeitos da licença de instalação e os trabalhos de implantação do Projeto Volta Grande encontravam-se suspensos por decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região¹⁴ do mês de abril. A empresa protocolou recurso, ainda não apreciado até a finalização deste estudo (outubro de 2017).

O Tribunal considera que a companhia apresentou à Funai um estudo inapto, com carência de dados coletados dentro das áreas indígenas Juruna e Arara, e sem consulta prévia a essas comunidades.

Uma outra decisão, da Justiça do Pará, também suspendia os efeitos da licença de instalação, mas caiu em junho. Na ação correspondente, a Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE) cobra que haja uma solução para as comunidades deslocadas antes do início das obras.

A empresa, porém, alegou que só poderia dar andamento a seu plano de realocação caso a licença estivesse válida – argumento que acabou acatado pela Justiça estadual¹⁵.

Na próxima seção deste estudo, será apresentado um retrato de algumas comunidades direta ou indiretamente afetadas pelo Projeto Volta Grande, em especial a Vila da Ressaca. O tema das comunidades indígenas será exposto com mais detalhes na quarta seção.

¹³ Um rio é considerado rio federal quando banha mais de um estado brasileiro ou atravessa as fronteiras do país, e sua gestão é responsabilidade do governo federal.

¹⁴ <http://www.mpf.mp.br/regiao1/sala-de-imprensa/noticias-r1/trf1-suspende-licenca-de-instalacao-da-mineradora-canadense-belo-sun-no-xingu>

¹⁵ <http://www.valor.com.br/empresas/5014238/belo-sun-tem-liberacao-de-1-das-suspensoes-de-licenca-em-projeto-no-pa>

O PROJETO VOLTA GRANDE*

O QUE É	Primeiro projeto de mineração industrial aurífera a céu aberto da Volta Grande do Xingu		
LOCALIZAÇÃO	Senador José Porfírio, vizinho à Altamira (PA)		
RESPONSÁVEL	Belo Sun Mineração Ltda. Sediada em Altamira (PA). CNPJ 02.052.454/0001-31 Foi fundada em 1986 sob o nome de Verena e adquirida pela canadense Belo Sun Mining Corp. em 2010, quando teve o nome alterado. A Belo Sun Mining Corp. tem o capital aberto desde 1996 na Bolsa de Toronto, a maior bolsa de mineração do mundo.		
CONSULTORIA PARA LICENCIAMENTO	Brandt Meio Ambiente Ltda. Sediada em Nova Lima (MG). CNPJ 71.061.162/0001-88		
PRAZOS	Implantação: 2 anos; Operação: 12 anos (vida útil da mina); Fechamento: 2 anos; Monitoramento: 8 anos	CAVAS	Duas cavas, chamadas Ouro Verde e Grotas Seca, cada uma com cerca de 220 metros de profundidade
ESTRUTURAS	A obra física do empreendimento se constituirá em: aterro sanitário; lagos de contenção de água leste e oeste; barragem de rejeitos; cavas Grotas Seca e Ouro Verde; estação de tratamento de efluentes; pilhas de estéril Grotas Seca e Ouro Verde; planta de beneficiamento; subestação elétrica; alojamentos; vias internas de acesso; posto de abastecimento de combustível; estrutura de apoio; estação de tratamento de efluentes		
BARRAGEM DE REJEITOS	Até 35,43 Mm ³	PLANTA METALÚRGICA	Uma planta, com capacidade de processar até 3,6 milhões de toneladas ao ano
		TÉCNICA DE BENEFICIAMENTO	Lixiviação com cianeto de sódio

INVESTIMENTO PARA INSTALAÇÃO



R\$ 1.223.847.940,00

FUNCIONÁRIOS NECESSÁRIOS PARA IMPLANTAÇÃO



1.100 trabalhadores

FUNCIONÁRIOS NECESSÁRIOS PARA OPERAÇÃO



Máx. de 526 trabalhadores

JAZIDA DE OURO



Teor médio no mineral primário de 0,5 a 25 g/t e no secundário de 1,02 a 1,75 g/t.

EXPECTATIVA DE PAGAMENTO DE TRIBUTOS E ROYALTIES



R\$ 5 milhões por ano

R\$ 19 milhões por ano na fase de obras e R\$ 5 milhões por ano durante a operação

em Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM); a Senador José Porfírio,

DEMANDA DE ÁGUA NA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO



10,5 m³/h através de dois poços tubulares

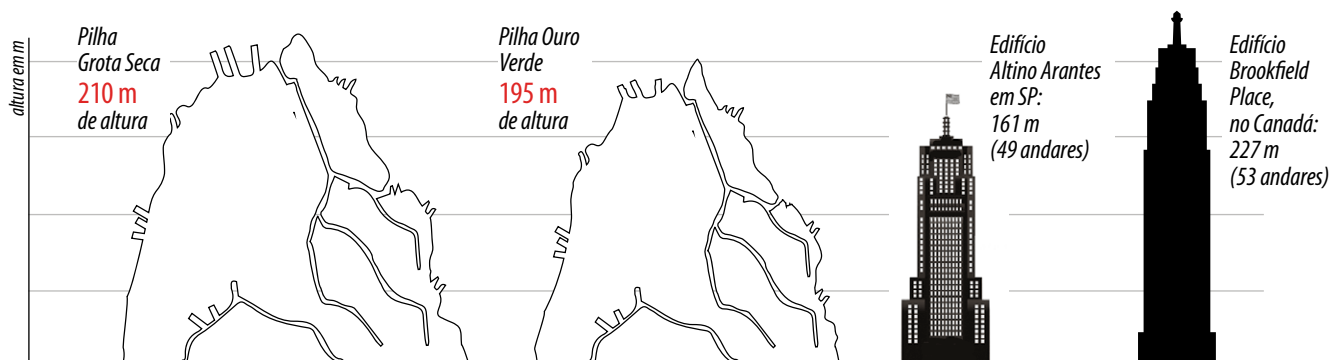
DEMANDA DE ÁGUA PARA OPERAÇÃO DO PROJETO



473,1 m³/h através de dois lagos de contenção e recirculação

PILHAS DE ESTÉRIL

Duas pilhas: Ouro Verde, com até 195 metros de altura, e pilha Grotas Seca, com até 210 metros



*Dados obtidos no sumário executivo da licença de instalação do empreendimento (Processo 5340/2015), datado de outubro de 2016, e parecer técnico da Licença de Instalação da Semas de 02.02.2017

2. COMUNIDADES AFETADAS

O mapa de comunidades potencialmente afetadas pelo Projeto Volta Grande, da empresa Belo Sun Mineração Ltda., é naturalmente tão amplo quanto a diversidade de habitantes registrada naquele trecho do Xingu.

São indígenas aldeados ou não, agricultores, garimpeiros, ribeirinhos, pescadores e trabalhadores em geral – todos atentos aos riscos e promessas do primeiro empreendimento de mineração industrial da região.

O epicentro do Projeto Volta Grande localiza-se em uma antiga área de reforma agrária, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O chamado Projeto de Assentamento Ressaca foi criado em 1982 numa área total de 30.265 hectares, onde 481 famílias foram assentadas¹⁶.

Muitas delas vieram do antigo garimpo de Serra Pelada, a cerca de 650 km de

distância, onde a febre do ouro chegava ao fim no início dos anos oitenta, de outros estados ou da região de abertura da transamazônica. Além de receber o direito sobre um lote de terra – onde antes, é importante esclarecer, habitavam famílias indígenas –, havia o interesse de explorar o mineral na Volta Grande, tanto no solo quanto no leito dos rios.

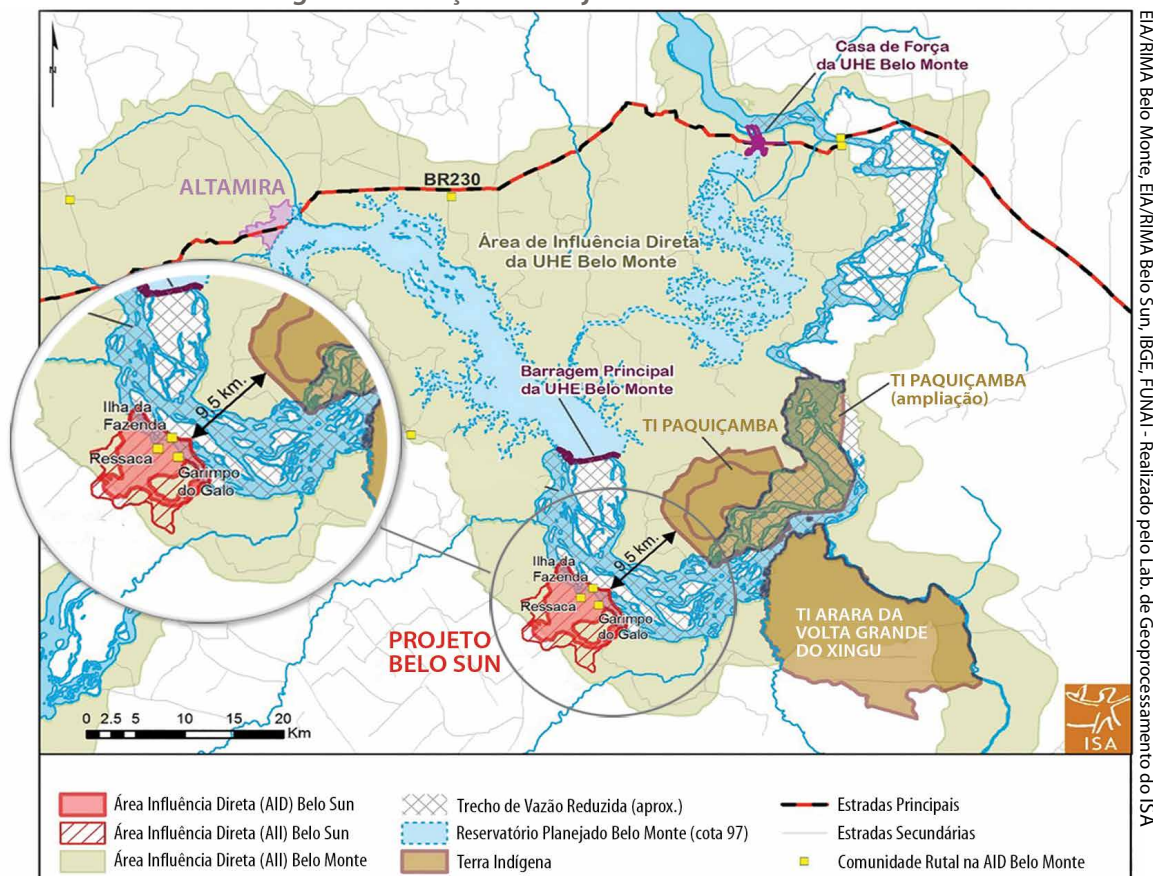
As pessoas se dividiam entre o garimpo e a agricultura de subsistência, lembra João Neto Carvalho de Souza, de 42 anos, cuja família mantém um lote de 14 hectares no PA Ressaca.

“Eu mesmo trabalhava durante a semana no garimpo e, no final de semana, ia para a roça”, conta ele.

Parte dos moradores, em vez de viver nos lotes, decidiu se fixar em vilas próximas ao rio Xingu, entre as quais a Ressaca, Galo, Ilha da Fazenda, Grota Seca e Ouro Verde. Em uma área de estradas de terra precárias, era por via fluvial que pessoas e mercadorias tinham de ser transportadas.

¹⁶ http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf

Volta Grande do Xingu - Localização do Projeto Belo Sun



As vilas de Ressaca, Ilha da Fazenda e Galo serão as três mais afetadas diretamente pela mineradora



Garimpeiros tradicionais da comunidade da Ressaca em mina subterrânea, cujo impacto é menor

Nessas localidades, onde a presença da população não indígena remonta a década de 1940¹⁷, desenvolveram-se pequenos comércios, escolas e serviços públicos, a ponto de a Vila da Ressaca tornar-se o centro econômico da Volta Grande. A circulação monetária era garantida pela venda do ouro, incentivando o comércio de produtos agrícolas, aves e peixes.

A atividade garimpeira, seja aquela feita em solo, seja no leito do rio Xingu e afluentes, diferenciava-se de outras áreas da Amazônia, inclusive Serra Pelada, por ser de menor escala e associativa, gerando menos passivos ao meio ambiente local.

A Cooperativa Mista dos Garimpeiros da Ressaca, Galo, Ouro Verde e Ilha da Fazenda (COOMGRIF), criada em 2006 na Vila da Ressaca, conseguiu regularizar apenas parcialmente a atividade perante os órgãos oficiais, como o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Os chamados “donos do garimpo”, que mantinham, na realidade, a posse de trechos de terras afetadas pela reforma agrária, cobravam uma porcentagem do ouro extraído pelos garimpeiros, em regime chamado de “meia-praça”.

O trabalho permitia aos garimpeiros a retirada de ganhos relativamente elevados

para os padrões regionais – segundo Carvalho de Souza, ao redor de quatro salários mínimos mensais, ou, nos valores correntes, R\$ 3.748.

Ações de fiscalização de órgãos policiais e ambientais ocorriam eventualmente, em especial contra a exploração por barcas sobre o rio, sem, no entanto, alterar de modo significativo as condições de vida local.

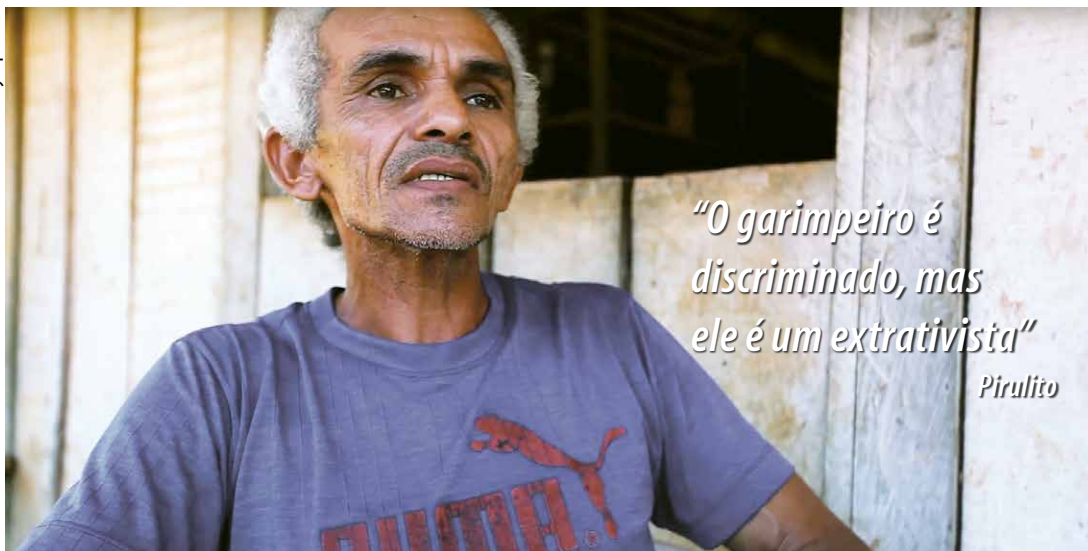
A situação começou a mudar com a escassez do ouro mais superficial, a partir da década de 1990. E ganhou os contornos conflitivos atuais com a chegada, em 2010, da canadense Belo Sun Mining Corp., que adquiriu a empresa brasileira Verena, assim como o direito de explorar os lotes dos “donos do garimpo”.

Para colocar em pé o Projeto Volta Grande, Belo Sun também passou a comprar lotes nas cercanias dos garimpos, mantidos por assentados rurais. No total, a área do projeto ocupará cerca de 1400 hectares.

Com o trabalho nas minas interrompido, moradores foram embora. A Vila da Ressaca perdeu pujança econômica. Linhas de voadeiras que ligavam o local a Altamira estão suspensas. Às tardes, garimpeiros jogam conversa fora na frente de casa.

“Muitos perderam emprego, e quem não tem maquinário para trabalhar nos rejeitos está sem fazer nada ou vive de uma diária. Você trabalha o dia todo por duas ou

17 http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150714_relatorio_xingu.pdf



José Pereira Cunha, o Pirulito, garimpeiro da Ressaca: Estado privilegia empresas

três gramas de ouro”, protesta José Pereira Cunha, 53 anos, o Pirulito.

Maranhense da cidade de Mirador, garimpeiro em Serra Pelada, chegou à região no início dos anos oitenta e tornou-se vice-presidente da cooperativa local. Segundo ele, apesar do esforço para legalizar a atividade aurífera, órgãos federais, como o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), sempre priorizaram a operação industrial.

A controvérsia ficou ainda maior com a possibilidade de transferência dos moradores da Vila da Ressaca para outro local, devido à pequena distância do povoado em relação à cava Grota Seca, uma das duas que integram o Projeto Volta Grande.

Instalados às margens do Xingu, portanto em área cedida pela União, os moradores vivem o receio da mudança para uma região distante dali, ainda a ser negociada com a Belo Sun. Há dúvida generalizada sobre a indenização a ser oferecida pela empresa.

“Não podemos aceitar que uma empresa estrangeira tome os direitos de uma terra que é nossa. A indenização que falam é de R\$ 10 mil, R\$ 20 mil por família. O que vai ser de nós”, questiona o líder comunitário Francisco Pereira dos Santos, 59 anos, o Piauí.

Segundo a socióloga Juliana Magalhães, gerente de desenvolvimento social de Belo Sun, baseada em Altamira, a negociação sobre indenizações só ocorrerá se a Justiça Federal restabelecer a licença de instalação, atualmente suspensa.

Moradores, porém, afirmam que a empresa já sugeriu uma área onde seria

construída nova vila para os deslocados. O terreno está à margem da estrada de terra Transassurini, localizada nos arredores, mas a alguns quilômetros do rio Xingu, o que gera insatisfação.

“Minha intenção não é sair. Com a crise que o país está enfrentando, aqui nós sabemos onde buscar macaxeira, um cacho de banana, comprar peixe, se não tiver peixe vai pescar”, diz Josué Pereira de Souza, um garimpeiro de 58 anos que chegou à Vila da Ressaca em 1983.

A situação dos moradores da Vila da Ressaca, assim como de comunidades instaladas próximas aos garimpos Grota Seca, Ouro Verde e Galo, chamou a atenção da Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE), que apresentou uma ação civil pública (ACP) à Vara Agrária de Altamira, vinculada à Justiça estadual¹⁸. O objetivo era suspender o processo de licenciamento até que o futuro das famílias estivesse definido.

A DPE chegou a obter decisões favoráveis à suspensão tanto na vara de Altamira quanto no Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA), em Belém. Entretanto, a última manifestação judicial, tomada em 22 de junho, derrubou o deferimento inicial da ação.

Exigiu-se, porém, que a empresa apresente esclarecimentos mensais sobre o andamento das negociações com os deslocados. E também retire placas espalhadas em trechos do PA Ressaca que demarquem propriedade e limitem o trânsito de pessoas.

“Determino que a requerida Belo Sun Mineração Ltda. comprove a retirada das

18 ACP nº nº0005149-44.2013.8.14.0005. O andamento processual pode ser consultado em www.tjpa.jus.br

placas que restrinjam a livre circulação das populações rurais da Vila Ressaca, Galo e Ouro Verde, a fim de que a referida população tenha livre acesso aos recursos naturais para sua subsistência, bem como às estradas, travessões e ramais, no prazo de trinta dias, igualmente sob pena de multa no valor de R\$ 500.000,00” – anota a juíza Ana Priscila da Cruz, da vara de Altamira.

A próxima seção, que trata dos aspectos fundiários do caso Belo Sun, apresentará mais detalhes sobre a disputa jurídica.

Antes, é preciso destacar que a insatisfação com o Projeto Volta Grande por boa parte dos garimpeiros locais é compartilhada por assentados da reforma agrária no PA Ressaca.

Nos últimos anos, técnicos contratados pela Belo Sun realizaram o cadastramento de lotes, famílias, benfeitorias e atividades econômicas daqueles que poderiam ser afetados pelo empreendimento. Alguns tiveram oferta pela terra e optaram por vender. Outros permanecem na expectativa.

É avaliação corrente que a estratégia da empresa passa, deliberadamente, por causar insegurança para “barganhar” pela terra.

“Tem gente que diz que vendeu o lote, mas não pode revelar o valor porque a empresa ameaçou desfazer o negócio se isso ocorresse”, afirma Taiane Ribeiro da Silva, de 22 anos, que vive em um sítio a cerca de 1 km da futura mina.

Francisco de Souza Nunes Juruna, o Chiquinho, é o líder de quatro famílias

indígenas não aldeadas que vivem há 30 anos em um lote vizinho a Belo Sun. A terra, com boa incidência de madeira nativa e onde se planta lavoura de subsistência, fica próxima à futura cava Ouro Verde e à barragem de resíduos, o que causa temor ao grupo.

“Existem dois igarapés que vêm dali e passam em nossa área. Estou, como se diz, ‘embaixo da aba do chapéu’. Somos todos indígenas e não temos interesse em sair daqui. Mas queremos receber informações. Não disseram o que vai impactar, como será essa área de rejeitos, como ficarão nossa água e nossas plantações”, reclama Chiquinho.

Ele conta ter recebido a visita de representantes de Belo Sun, que fizeram um registro das famílias e do lote. Nada foi confirmado sobre a necessidade de remoção, mas, se isso ocorresse, foi prometida uma “terra igual”.

O relato de Chiquinho demonstra que há pouca margem de negociação. Um outro agricultor que teve o lote cadastrado revela que o técnico da companhia alertou que “a Justiça resolveria o caso daqueles que não quisessem vender”.

A gerente de Belo Sun Juliana Magalhães contesta essas versões. Ela destaca que a companhia não precisa adquirir novos lotes para viabilizar o projeto. Sua avaliação é que há uma “memória de indenização” na região, por conta do processo de construção de Belo Monte. Isso levaria muitos moradores a ambicionarem a negociação.

Verena Glass



A comunidade garimpeira Vila da Ressaca sofre com fechamento de comércio e serviços



Agricultor da Volta Grande, autossuficiente em termos de sustento básico

3. ASPECTOS FUNDIÁRIOS

A mineradora Belo Sun pretende implantar seu Projeto Volta Grande em uma área da gleba Ituna, onde há cinco projetos de reforma agrária instalados. O empreendimento ocuparia inicialmente um trecho de cerca de 1400 hectares do chamado PA Ressaca, criado em 1982, numa área total de 30.265 hectares.

Nessas condições, a legalidade do projeto dependeria do pleno acompanhamento do órgão federal fundiário – no caso, o Incra. Por via administrativa, seria possível “desafetar” a área para a reforma agrária, “afetando-a”, em seguida, para a mineração. Não só as famílias teriam de ser indenizadas, como o Incra receberia da empresa uma área similar, nas proximidades, para fazer um novo assentamento.

Como de costume na Amazônia, arena de históricos conflitos fundiários, o andamento das negociações entre Belo Sun, Incra, assentados e moradores da margem do Xingu, um bem da União, vem ocorrendo com denúncias de abuso, ineficiência governamental e batalhas judiciais.

Desde que adquiriu a mineradora Verena, em 2010, Belo Sun tem comprado o direito de posse de assentados e posseiros na área do PA Ressaca, com vistas a permitir a instalação de sua estrutura exploratória.

Famílias e benfeitorias passaram a ser cadastradas por técnicos da companhia, que compartilham informações sobre o projeto e a possibilidade de que uma proposta de aquisição possa ser feita no futuro.

Assentados têm reclamado, porém, da insegurança trazida pela atuação da empresa. Há relatos que agricultores deixaram de fazer o plantio da roça em 2016, diante da perspectiva de que teriam de sair da área. Situações como essa podem gerar insegurança alimentar.

Moradores do PA Ressaca também criticaram o fato de a empresa ter colocado placas com seu logotipo em lotes já comprados por ela. A demarcação restringiria a circulação de pessoas numa área em que o extrativismo é parte fundamental do modo de vida.

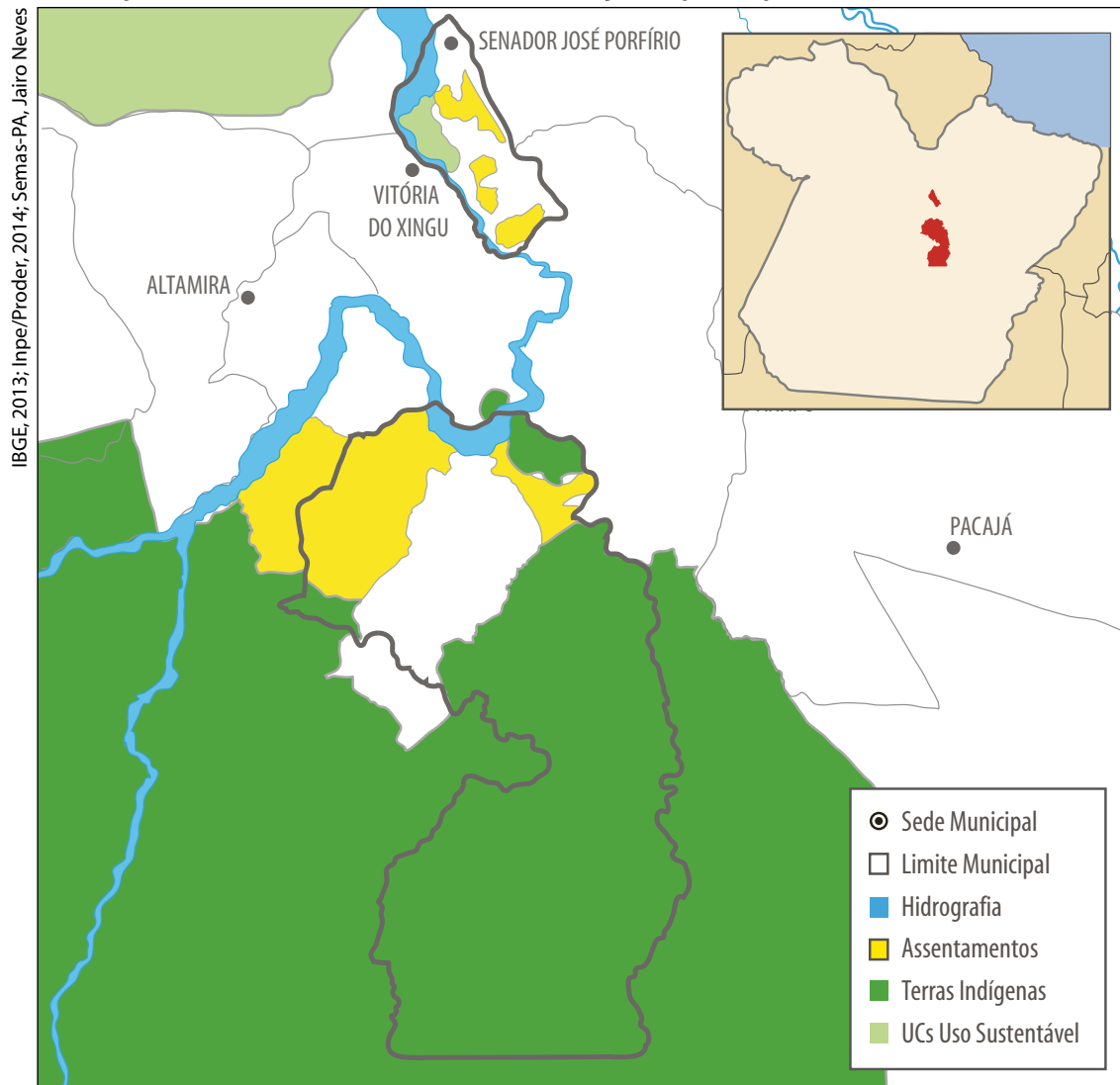
A movimentação de Belo Sun para viabilizar seu empreendimento chamou atenção da Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE), que decidiu agir para defender os direitos das comunidades locais.

Em 2013, a DPE ajuizou uma ação civil pública¹⁹ e uma ação cautelar²⁰ contra a mineradora

¹⁹ ACP nº 0005149-44.2013.8.14.0005

²⁰ Ação cautelar nº 0001062-06.2017.814.0005

Município de Senador José Porfírio e as áreas já ocupadas por unidades federais



Belo Sun. O objetivo era evitar a retirada forçada de moradores da Vila Ressaca, Galo e Ouro Verde, após a compra do direito de posse dessas áreas pela empresa.

De acordo com a defensora pública Andreia Barreto²¹, a chegada da mineradora agrava os conflitos em uma região que já sofre com a falta de regularização fundiária e a extração ilegal de madeira. Mesmo assim, a Semas concedeu licença prévia à empresa, com previsão de 37 condicionantes a serem cumpridas no prazo de 1.095 dias.

Em fevereiro de 2017, a DPE apresentou um novo requerimento relacionado à ação cautelar contra Belo Sun, desta vez solicitando a suspensão do processo de licenciamento ambiental do projeto.

No documento, a defensoria enumera uma série de ilegalidades que teriam sido cometidas pela empresa e o órgão ambiental, ao conceder a licença prévia e de instalação, em 2014 e 2017, respectivamente.

Destacam-se:

- O processo de licenciamento da Semas “aceitou” que apenas a Vila da Ressaca será diretamente impactada por Belo Sun, excluindo outras comunidades, como Ilha da Fazenda e Itatá. Para a DPE, também essas áreas “sofrerão (...) com detonações, fluxo populacional, risco de uso de cianeto, tráfegos de pessoas atraídas pelo empreendimento, indefinição de circulação com a abertura e fechamento de estradas”.

21 http://www2.defensoria.pa.def.br/portal/noticia.aspx?NOT_ID=2851

- b) A empresa não apresentou estudos atualizados sobre as comunidades que serão, em sua visão, impactadas indiretamente, como as dos projetos de assentamento Itatá, Ituna, Assurini e Ressaca; além disso, excluiu qualquer consideração sobre os agricultores que vivem no Projeto de Assentamento Estadual Napoleão Santos e na gleba estadual Bacajaí.
- c) Conforme legislação vigente, Belo Sun deveria apresentar seu projeto minerário em área regular em termos fundiários e Cadastro Ambiental Rural (CAR vigente), o que não é o caso das áreas em questão.
- d) Descumprimento da condicionante 30 da licença prévia, que determina que a mineradora “apresente status do processo de desafetação junto ao Incra dos superficiários clientes da reforma agrária”. Mesmo tendo obtido a licença prévia em 2014, apenas em dezembro de 2016 Belo Sun firmou um protocolo de intenções com o Incra.

Como narrado na seção anterior, a DPE chegou a obter decisões favoráveis à suspensão. Mas a última manifestação judicial, datada de 22 de junho de 2017 e tomada pela Vara Agrária de Altamira, derrubou a decisão anterior e exigiu que a empresa demonstre mensalmente, com informes enviados à Justiça, que está avançando no processo de negociação com os afetados.

A visão da empresa é que finalmente o nó fundiário está sendo desenrolado, após a assinatura do acordo com o Incra. Fábio Martinelli, gerente jurídico da Belo Sun, ressalta que, para autorizar o empreendimento, o órgão solicitou uma área em condições similares e igual ou maior à adquirida pela companhia, em um raio de até 100 km de distância.

“Oferecemos algumas opções e o Incra está estudando. Quando der aval, nós compramos”, explica Martinelli.

Ao menos no início da negociação, os técnicos do Incra não eram tão otimistas. Ofício do órgão, datado de 16 de dezembro de 2016, revela a cobrança por documentos

que nunca haviam sido apresentados pela empresa, o que impediria “uma análise mínima do processo”²².

O mesmo documento aponta que o Incra enumerou diversas questões não esclarecidas, que representavam risco à segurança e à saúde das famílias localizadas na área de influência do projeto.

Entre elas destacam-se:

- a) Mapa e memorial descritivo da área de abrangência do projeto, em formato “shape file”, especificando e detalhando as áreas do lago de rejeitos, pilhas de depósitos, área de circulação, etc.
- b) Relação nominal e mapa descritivo dos ocupantes de imóveis rurais que possivelmente serão atingidos pelo projeto de mineração e terão que ser remanejados e/ou indenizados.
- c) Documento de notificação dos superficiários das áreas que serão afetadas
- d) Levantamento das estradas existentes no interior do Projeto Volta Grande que serão interrompidas e/ou bloqueadas por ocasião da instalação do mesmo, assim como proposta de novo acesso.

Ainda que resolva essas pontos, outras questões fundiárias envolvendo a gleba Ituna, onde estão localizados o PA Ressaca e o Projeto Volta Grande, prometem gerar mais polêmica. Isso porque a DPE afirma que tal gleba possui diversas áreas não ainda discriminadas pelos órgãos fundiários, o que daria “margem a práticas de grilagem e apropriações ilícitas de terra pública”.

A defensoria ainda ressalta que parcelas da gleba Ituna foram destinadas a famílias de baixa renda pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Na Vila da Ressaca, parcela de 38,9 hectares da Ituna foi declarada como de interesse público para fins de regularização fundiária de interesse social, beneficiando

²² <https://drive.google.com/file/d/0BymSev7h91aZZHFUz-JMV1R1ajA/view>

incidem sobre a área extrativista e beneficiam Belo Sun. O pedido cita a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que exige a realização de consulta a populações tradicionais, firmada pelo Brasil.

Além disso, invoca a Portaria Conjunta DNPM/Incra nº 01/2009, que “considera incompatível a atividade minerária quando o empreendimento afeta diretamente o desenvolvimento do projeto de assentamento, total ou parcialmente, ou quando exige a

realocação de famílias, ou causa dano ambiental significativo, bem como quando há qualquer conflito de interesse”.

“A atividade minerária do Projeto Volta Grande no Peax é totalmente incompatível com a garantia dos direitos territoriais das comunidades tradicionais agroextrativista, pois afeta diretamente o desenvolvimento do assentamento”, diz o texto da ACP, assinado pelos defensores Andreia Barreto, Ivo Câmara, Sérgio de Lima e Renan Rodrigues.

4. POVOS INDÍGENAS

Uma das maiores polêmicas que envolvem o Projeto Volta Grande é seu potencial de afetar populações indígenas. Há comunidades não aldeadas que vivem ao lado de onde será instalado o empreendimento e duas terras indígenas, a Paquiçamba e a Arara da Volta Grande do Xingu, a poucos quilômetros de distância.

São comunidades que já sentem os impactos da usina de Belo Monte, cuja barragem reduziu a disponibilidade de água na Volta Grande. A TI Paquiçamba, por exemplo, é habitada pelos indígenas Juruna, famosos pela habilidade com canoagem e que têm como importante atividade

econômica a pesca e criação de peixes ornamentais.

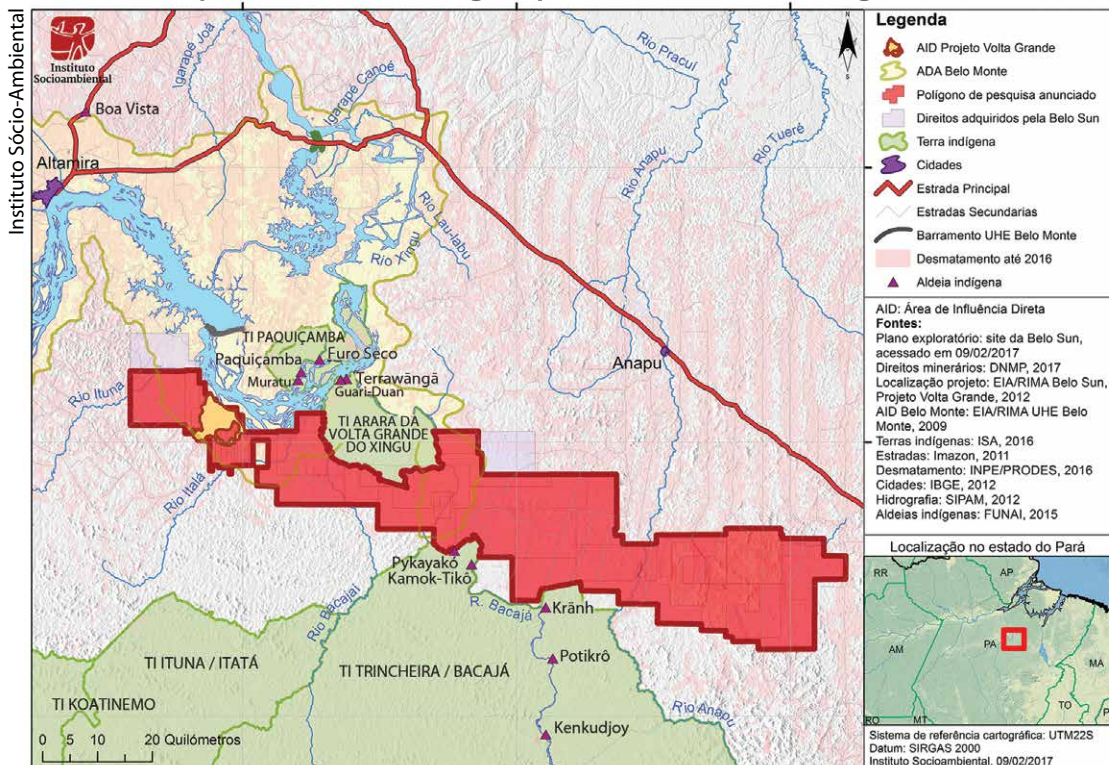
O Instituto Socioambiental (ISA), bastante atuante na área, produziu um parecer²⁴ sobre os riscos do projeto de Belo Sun. Além da dificuldade de as comunidades se adaptarem à nova dinâmica do rio, efeito de Belo Monte, a organização alerta para o potencial tóxico do cianeto, usado no processamento do ouro, bem como dos materiais “quimicamente ativos” que serão alocados em duas pilhas de resíduos, às margens do Xingu.

²⁴ <https://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3721>



Povos indígenas tem direito à consulta prévia, defende MPF

Plano de Pesquisa - Belo Sun Mining Corp. na Volta Grande do Xingu, 2017



Principalmente as Terras Indígenas Paquiçamba, dos Juruna, e Arara da Volta Grande, dos Arara, estão na área de influência de Belo Sun

Apesar de o processo de licenciamento estar sendo conduzido por órgão estadual - a Semas -, a Funai emitiu em 2012 um termo de referência com um guia a ser seguido por Belo Sun para realização do estudo de impacto indígena. Porém, mesmo sem o trabalho concluído, a Semas não interrompeu o processo de licenciamento.

Como argumento, o órgão se valia de uma controversa portaria interministerial (419/2011) que prevê que impactos de empreendimentos minerários devem ser obrigatoriamente considerados se estiverem localizados até 10 km de distância de uma terra indígena.

Não há consenso quanto à distância exata da mina da Belo Sun em relação à TI Paquiçamba, a mais próxima. O ISA e os indígenas cravam em 9,6 km, exigindo, portanto, o estudo de impacto. O licenciador aponta 10,7 km. A Funai e Belo Sun registram 12 km.

Diante da dúvida, o Ministério Público Federal (MPF) entrou no caso e recomendou que a Semas não concedesse licença à mineradora. O órgão paraense respondeu, porém, que não poderia “penalizar o empreendedor” e que a licença para a Belo Sun

estaria amparada na “concepção da função social da atividade minerária”.

Os procuradores decidiram, então, ir à Justiça contra o licenciamento. Ação Civil Pública²⁵ (ACP) foi ajuizada em 13 de novembro de 2013. O MPF solicitou a suspensão do licenciamento até a finalização do estudo de componente indígena, “ressalvada a participação dos indígenas, nos termos da Convenção 169 da [Organização Internacional do Trabalho] OIT”. A convenção, firmada pelo Brasil, determina que qualquer medida que afete terras indígenas seja precedida de consulta aos afetados.

“É absolutamente irresponsável a atitude do órgão licenciador, de impor ao licenciamento o ritmo do mercado em benefício do empreendedor, vitimando de maneira quicá irreversível povos indígenas na Volta Grande do Xingu, que terão de arcar com um risco que, por lei, deve ser evitado”, registraram os procuradores Thais Santi, Bruna Azevedo, Ubiratan Cazetta e Felício Pontes Jr. “Dessa controvérsia, a única certeza que resta é a necessidade da precaução”.

²⁵ <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-entra-na-justica-para-suspender-imediatamente-licenciamento-da-belo-sun>

Apenas dez dias depois, a Justiça Federal em Altamira (PA) condicionou o licenciamento à elaboração prévia, pela mineradora, do estudo de impacto indígena. Em decisão liminar²⁶, o juiz Sérgio Wolney de Oliveira Batista Guedes afirmou:

“A condução do licenciamento ambiental do multicitado empreendimento sem a necessária e prévia análise do componente indígena, circunstância confirmada pelos elementos carreados para os presentes autos, demonstra grave violação à legislação ambiental e aos direitos indígenas”.

O magistrado ainda ressaltou que Belo Sun, em sinergia com os efeitos de Belo Monte, poderia causar “interferência direta no mínimo existencial-ecológico das comunidades indígenas”, com impactos negativos e irreversíveis para sua qualidade de vida e patrimônio cultural.

A liminar do juiz Guedes foi confirmada por sentença²⁷ de seu colega Cláudio Henrique Fonseca de Pina, já em junho de

2014. Em sua decisão, o magistrado argumentou contrariamente à Semas, que defendeu a validade da portaria 414/2011 e que o estudo de impacto sobre os indígenas poderia ficar para fases posteriores do projeto.

“A referida portaria deve ser vista como parâmetro, e não como norma absoluta, de sorte que, a depender das peculiaridades do caso, os limites nela fixados não serão aplicáveis”. Para ele, no caso da Belo Sun, “a excepcionalidade restou devidamente caracterizada, na medida em que a área encontra-se sob influência de outro empreendimento de elevado porte e impacto ambiental e socioeconômico”.

Diante das derrotas judiciais, Belo Sun tratou de preparar um estudo do componente indígena. Contratou técnicos para visitar comunidades e realizar entrevistas com potenciais afetados, mas os resultados não foram aprovados pela Funai.

Em outubro de 2016, o órgão que defende os interesses indígenas encaminhou ofício à Semas comunicando que os estudos apresentados por Belo Sun foram considerados inaptos. As críticas recaíram sobre a falta de participação da própria Funai no diálogo com os indígenas, a opção pelo contato direto da mineradora com

26 <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/sentenca-anula-licenca-ambiental-para-o-projeto-belo-sun>

27 <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/sentenca-anula-licenca-ambiental-para-o-projeto-belo-sun>

Christian Russau



Cacique juruna da TI Paquicamba com a relatora da ONU para direitos indígenas, Victoria Tauli Corpuz



Seu Nego, liderança da TI Arara da Volta Grande

as comunidades, a ausência de medidas mitigatórias contra os efeitos do empreendimento e o receio sobre os impactos trazidos por Belo Monte à própria reprodução da vida na Volta Grande.

As restrições da Funai não impediram a Semas de emitir a licença de instalação para Belo Sun, em fevereiro de 2017. Em comunicado, o órgão licenciador estadual afirmou que solicitou à mineradora a elaboração de estudo de componente indígena em até três anos, “apesar de os povos indígenas existentes estarem acima do raio de 10 km de distância do projeto, o que não tornaria exigível tal estudo com fundamento na legislação que regulamenta a matéria”²⁸.

O MPF, então, decidiu levar o caso para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Em abril de 2017, o desembargador federal Jirair Meguerian confirmou que a Semas descumpriu a ordem judicial para exigir de Belo Sun o estudo do componente indígena – e suspendeu a licença de instalação.

“Emissão de licença de instalação ao empreendimento Projeto Volta Grande de Mineração contemplando condicionante com prazo de 1095 dias para tratativas, conduções e execuções junto à Funai no que tange ao Estudo de Componente Indígena é evidente descumprimento de decisão

judicial, não podendo ser tolerada pelo Poder Judiciário”, afirmou o desembargador.

O caso aguarda decisão sobre recurso. Em sua defesa, Belo Sun alega que, ao contrário do que afirmou a Funai sobre o estudo do componente indígena apresentado, a companhia adotou “as melhores práticas” e se pautou pelo termo de referência divulgado pelo órgão federal. Além disso, afirma que o plano de trabalho foi aprovado pela Funai. O acesso a terras homologadas não teria sido realizado justamente porque o órgão não concedeu autorização.

Jaílson Juruna, vice-cacique na TI Paquichamba, confirma a visita dos técnicos de Belo Sun. Ele reclama, porém, que os representantes se limitaram a compartilhar informações sobre o projeto, e, ao saírem de lá, “passaram a dizer que uma consulta havia sido feita”. Com apoio do ISA, a comunidade está preparando um protocolo de consulta baseado na convenção 169 da OIT.

“Belo Monte trouxe muita desgraça, mas foi um aprendizado. Antes que eles tragam qualquer proposta, queremos falar com especialistas, conhecer outras mineradoras, ir ao Canadá se for necessário”, diz a liderança juruna.

Ele afirma que a comunidade está preocupada com a quantidade de água no rio, os riscos da barragem de rejeitos e os novos moradores que serão atraídos pelo projeto. O objetivo é evitar que se agravem os problemas ocorridos com a construção de Belo Monte.

28 <https://www.semas.pa.gov.br/2017/02/02/projeto-volta-grande-recebe-licenca-de-instalacao/>

“Quando nós chegamos a Brasília, o plano de Belo Monte já estava pronto, e nós só assinamos. Não sabíamos o impacto que iria causar. Passou a haver disputa entre as aldeias pelo dinheiro distribuído pela Norte Energia. A quantidade de água hoje é pouca, mas um dia aumentou rapidamente e levou nossos viveiros de peixes ornamentais. A quantidade de peixe e o peso deles também pioraram, porque a inundação de ilhas e igarapés diminuiu a quantidade de alimento. Imagina viver tudo isso de novo”, afirma.

Preocupações semelhantes são compartilhadas pelo chefe da TI Arara da Volta Grande, Leôncio Ferreira do Nascimento, o seu Nego. Aos 80 anos, ele critica as ações mitigatórias de Belo Monte, que incluíram o repasse de dinheiro para comunidades indígenas da Volta Grande.

“Quando os indígenas entenderam que fazendo manifestação pegavam dinheiro, começaram a fazer. A Norte Energia dava, e anotava tudo. Aqui eles fizeram casa de branco, porque casa de índio era de palha e barro. Agora temos 25 casas, escola, posto de saúde, de alvenaria. Mas isso enfraqueceu as comunidades indígenas. A empresa ajudou,

sustentou com cesta básica as pessoas, que iam comer e dormir. Dava também maquinário, ferramentas. Muitos acharam que era para sempre. Eu dizia que era preciso cuidar da roça. Hoje muitos ficaram sem nada, venderam motores e voadeiras. E voltaram para a roça”, diz ele.

Além do temor de que Belo Sun siga o mesmo caminho na relação com os indígenas, seu Nego destaca a importância do rio Xingu para sua comunidade, e como os impactos trazidos por Belo Monte repercutem no modo de vida local.

“Eu dizia que essa barragem não ia prestar, e hoje nós bebemos essa água com tudo o que vem de lá. O rio não tem mais direção, ora está cheio, ora está seco. O pacu nesse período do ano melhorou, mas antes não tinha gosto de nada. O curimatã segue bom, mas o tracajá só tinha osso. Agora melhorou. São impactos que a Norte Energia trouxe. Nós não temos estrada aqui, dependemos do rio. Tudo a partir de Belo Sun vem para a gente. Estamos na ‘boca da onça’ para receber o que cai na água. Belo Sun nunca chegou nesta comunidade para falar conosco. Tenho receio também das invasões, do garimpo, dos marginais”, admitiu.

5. EFEITOS SINÉRGICOS ENTRE BELO SUN E BELO MONTE

Os impactos sociais e ambientais gerados pela obra e a operação da hidrelétrica de Belo Monte têm incentivado discussões sobre a capacidade de o ecossistema local receber um outro empreendimento de grande porte, como é o caso de Belo Sun.

Os próprios órgãos ambientais têm dúvidas sobre quais serão as condições ambientais da Volta Grande nos próximos anos, diante da severa redução da vazão do Xingu após a barragem. Calcula-se que, em um trecho de 100 km do rio, 80% da água sejam desviadas para movimentar as turbinas.

Não à toa, o Ibama determinou que o monitoramento sobre a Volta Grande precisa ser mantido pelo consórcio Norte Energia, que administra Belo Monte, e os próprios órgãos ambientais por pelo menos seis anos após 2019, quando a hidrelétrica deverá operar à plena capacidade.

A atenção não recai apenas sobre a quantidade de água liberada para a Volta Grande, mas também sobre todos os efeitos gerados pelas novas condições no ecossistema local. Quem vive no rio e do rio, como ribeirinhos e indígenas, por exemplo, têm reclamado de alterações na incidência e qualidade de algumas espécies de peixes.

À montante da barragem, muitos perderam moradia ou pontos de pesca, e tiveram de ser deslocados para a cidade, após a inundação de margens e ilhas fluviais. Dessa maneira, tiveram afetadas também as condições para sua subsistência.

Tais impactos incentivaram uma importante articulação lançada recentemente, em dezembro de 2016, o Conselho Ribeirinho. O movimento reúne principalmente moradores da região do Xingu que foram removidos após a construção de Belo Monte. Reconhecido pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e o Ministério

Público Federal (MPF)²⁹, tornou-se um importante ator no diálogo com as autoridades públicas que atuam sobre a questão.

Maria Francineide dos Santos Cabreira, de 48 anos, é pescadora, ribeirinha e integra o conselho. Ela vivia em uma ilha na área conhecida como Paratizão, que foi inundada com a formação do lago da usina. Hoje mora na cidade. Segundo ela, há “muitos pescadores vivendo com necessidade, gente vivendo com ajuda de familiares, cuja renda não paga sequer o atravessador que emprestou os materiais de pesca”.

“Quando a Norte Energia abre as comportas, vem uma água suja que impede os ribeirinhos de pescar. Tem hora que estamos no rio, a água sobe de repente e não sabemos mais como pegar o peixe. O pescado de cima da barragem está doente, o de baixo está podre. A área de cima do rio virou muito disputada, mas quem não pode pescar longe vive numa situação crítica em Altamira”, conta ela.

Cabreira diz que nunca teve contato com alguém de Belo Sun ou recebeu informações detalhadas sobre o projeto, mas teme pelo futuro do rio.

“Temos medo pelos materiais que vão usar na mineração. Nós queremos transparência dessa mineradora. Eles precisam sentar conosco e falar o que vai ser feito com os realocados”, cobra a ribeirinha.

Ao contrário de Cabreira, Otávio Assunção Cardoso já foi procurado por Belo Sun. Aos 66 anos, ele é pescador e um líder comunitário de origem juruna da Ilha da Fazenda, comunidade da Volta Grande que está localizada na área diretamente impactada por Belo Sun – segundo o estudo de impacto ambiental apresentado pela empresa.

Segundo ele, a vida no local piorou depois da construção da hidrelétrica. A pescaria não rende mais como antes, e os viveiros de peixe ornamental sofrem com o “sobe e desce” do nível do rio, ao sabor das decisões técnicas do consórcio Norte Energia.

“Antes eu pegava curimatã, pacu. Hoje é difícil conseguir um pacu de um quilo. A fruta, que era alimento do peixe, agora cai no seco. Eu também tenho viveiro com peixe. Mas não sei mais se o rio vai encher ou esvaziar, é um sobe e desce terrível. Não conheço mais o Xingu que nós conhecemos”, critica o pescador.

Técnicos de Belo Sun já visitaram a comunidade. Conforme Cardoso, explicaram que a Ilha da Fazenda foi considerada área de impacto direto no projeto por conta de sua proximidade com a mina. Entretanto, como não sofrerá interferência das estruturas da empresa, não haveria necessidade de deslocar moradores.

Mesmo assim, Cardoso explica que a maioria das cerca de cinquenta famílias que vivem da Ilha da Fazenda deseja sair do local. O impulso viria não só da percepção de que o modo de vida na Volta Grande nunca mais será o mesmo, mas também no interesse em receber indenização de Belo Sun.

“Moradores foram a uma reunião e pediram uma casa e mais R\$ 200 mil. Eu não fui porque não concordo. Dizem que vão fazer uma nova vila para a comunidade da Ressaca, e pensam em ir para lá. E eu digo: qual emprego terão? Aqui são funcionários da prefeitura, pescam. E lá? Eu quero ficar, aqui durmo com a porta aberta”, diz Cardoso. A empresa, porém, já deixou claro que não comprará outras terras nem indenizará outras famílias.

Em 2015, o ISA publicou um inventário sobre os problemas relacionados à pesca



Imagem de satélite de Volta Grande do Xingu mostra a proximidade de Belo Sun com a usina de Belo Monte

29 <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2017/relatorio-de-reconhecimento-social-ribeirinhos>

no Xingu gerados pela Belo Monte. O trabalho contradiz os estudos técnicos apresentados pelo consórcio Norte Energia, que em geral apontam para a inexistência de qualquer problema. O trabalho, intitulado *"Atlas dos impactos da UHE Belo Monte sobre a pesca"*³⁰, faz uma importante consideração logo no início:

"Os pescadores tradicionais da área afetada pela usina hidrelétrica (UHE) Belo Monte são unânimes em suas observações sobre as alterações negativas provocadas pela instalação da usina, mas nunca foram ouvidos a sério, como conhecedores principais de seu próprio território", diz o texto.

Segundo análise³¹ do ISA a partir do relato de pescadores e ribeirinhos, a luminosidade dos canteiros que funcionam 24 horas, a alteração na turbidez da água e as explosões de dinamite na obra eliminaram áreas de pesca e mudaram a dinâmica pesqueira. Além disso, a dragagem de ilhas para o fornecimento de areia para a obra e o desmatamento de ilhas e margens também destruíram centenas de pontos de pesca.

30 <https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/atlas-pesca-bm.pdf>

31 <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/cinco-anos-apos-inicio-da-instalacao-de-belo-monte-ibama-reconhece-impactos-na-pesca>

Em audiência pública³² realizada em março de 2017, o professor Juarez Pezzuti, da Universidade Federal do Pará (UFPA), apresentou um estudo sobre as condições de vida dos indígenas juruna que vivem na Volta Grande, comparando dados com os relatórios de monitoramento da Norte Energia. Pezzuti apontou que, ao contrário do que informava o consórcio, os indígenas sofriam com redução da pesca, danos à segurança alimentar, desaparecimento de espécies e até escassez de água.

Apenas em fevereiro de 2016, o Ibama admitiu fazer estudos complementares sobre as condições da pesca no trecho do Xingu impactado pela hidrelétrica. Também considerou solicitar aos administradores de Belo Monte compensações adicionais aos pescadores. O compromisso foi assumido publicamente por Rodrigo Santos, da diretoria de licenciamento do órgão, em seminário sobre o tema promovido em Altamira.

A questão da água não é a única passível de efeitos sinérgicos e cumulativos entre Belo Monte e Belo Sun. A Semas solicitou, quando a mineradora preparava seu estudo de impacto ambiental, que essa análise fosse feita de maneira

32 <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/moradores-do-xingu-mais-impactados-por-belo-monte-vivem-na-incerteza-e-na-pobreza>



A pesca no Xingu está cada vez mais difícil e não garante o sustento dos moradores da região



Às margens da TI Paquicamba: Belo Monte já diminuiu a vazão do Xingu

abrangente, assim como fossem previstas ações mitigatórias.

A consultoria contratada para preparar tal documento, a Brandt Meio Ambiente, focou a análise nos meios físico, biótico e antrópico, com o objetivo de detalhar cada impacto e a relação com Belo Monte. Em nota técnica divulgada publicamente após audiência pública, a mineradora enumera os efeitos sinérgicos e cumulativos:

Meio físico

- a) Alteração da dinâmica hídrica superficial e redução da disponibilidade do recurso hídrico
- b) Assoreamento de cursos d'água
- c) Alteração da dinâmica hídrica superficial e redução da disponibilidade do recurso hídrico

Meio biótico

- a) Geração de conhecimento científico
- b) Alterações na dinâmica ecológica da comunidade aquática e fauna associada
- c) Alteração da paisagem
- d) Alterações populacionais da fauna
- e) Perda de habitats aquáticos

- f) Alterações na dinâmica ecológica da comunidade aquática e fauna associada

Meio Antrópico

- a) Geração de emprego e renda
- b) Incremento no nível de emprego e renda
- c) Pressão habitacional
- d) Pressão sobre os equipamentos e serviços públicos em função da contratação de trabalhadores externos e da atração de pessoas em busca de empregos
- e) Geração de expectativas
- f) Incremento do fluxo migratório
- g) Diversificação das bases econômicas locais
- h) Alteração do perfil dos empregos pelo incremento no nível de formalidade das relações trabalhistas
- i) Incremento do fluxo migratório
- j) Impacto da alteração cultural nos municípios da área de estudo

Como se pode notar, há impactos com conotação negativa e positiva relacionados ao empreendimento. A empresa, por sua vez, admite a sinergia entre Belo Sun e Belo Monte:

“Percebe-se que há de fato sinergia entre os impactos previstos pelo Projeto da Hidrelétrica de Belo Monte e o Projeto Volta Grande. Essa sinergia observada se dá pelo fato da amplitude dos impactos previstos no projeto de Belo Monte, que possui influência que englobam os impactos identificados pela atuação do Projeto Volta Grande.”³³

No entanto, a empresa destaca que, para cada impacto previsto, serão preparados programas e ações mitigadoras. É um discurso que não convence as organizações e autoridades que criticam o projeto. Técnicos do ISA afirmam que a mineradora se instalará em ambiente que vem sofrendo e continuará a sofrer modificações ambientais diretas provocadas por Belo Monte.

“Neste contexto de transformação que sofre a Volta Grande do Xingu, é evidente a impossibilidade de realizar estudos de impacto ambiental de forma adequada e consistente para qualquer outra atividade potencialmente poluidora na mesma região de intervenção. Portanto, independentemente da qualidade do EIA do projeto de mineração em análise, este não tem como realizar uma avaliação tecnicamente embasada a respeito dos impactos sobre o meio físico, biótico e socioeconômico da Volta Grande do Xingu”, aponta um documento do ISA que analisa o licenciamento ambiental de Belo Sun³⁴.

33 [https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/41/Nota%20Tecnica%20PVG\(1\).pdf](https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/41/Nota%20Tecnica%20PVG(1).pdf)

34 <http://docplayer.com.br/18796599-Instituto-socioambiental-analise-do-licenciamento-ambiental-do-projeto-volta-grande-da-belo-sun-mineracao.html>

A própria Norte Energia enviou à Semas um ofício em que faz uma série de alertas sobre os riscos trazidos por Belo Sun. O consórcio que gere Belo Monte lembra que o trecho onde a mineradora deseja se instalar está localizado no interior da área de influência direta (AID) do empreendimento.

Por isso, cobra que sejam realizados estudos sobre risco à qualidade da água do Xingu, avaliação sísmica das explosões da mina sobre o barramento e impacto do aumento do fluxo de embarcações entre Altamira e a Vila da Ressaca. Requer, ainda, que o Ibama seja ouvido e as análises de impacto às comunidades indígenas, finalizadas.

É dentro desse cenário que ganha força no Xingu a ideia de que nenhum outro grande empreendimento deveria se instalar na região da Volta Grande sem, antes, garantir que o ecossistema da região se estabilize.

Para o MPF, é necessário que Ibama, o órgão licenciador de Belo Monte e o consórcio Norte Energia construam e apresentem o que chama de Plano de Vida para os moradores do trecho de vazão reduzida do rio Xingu. O tema foi discutido em audiência pública realizada em março de 2017, em Altamira.

A procuradora da República Thaís Santi, que atua no caso, diz que os ribeirinhos, “um grupo ainda invisível”, precisam participar ativamente desse processo. No entanto, a formulação de um plano dependeria de informações do monitoramento da Volta Grande por Ibama e Funai, que ainda está em andamento. Sem essa conclusão, ela defende que a instalação de Belo Sun não deveria ocorrer.

6. ASPECTOS ECONÔMICOS

Longe de ser um evento aleatório, a chegada de Belo Sun à Volta Grande do Xingu, uma companhia de capital originalmente canadense, conta com amplo suporte do governo do Pará, que lançou em 2014 um plano para incentivar a mineração no Estado.

O Plano Estadual de Mineração 2014-2030³⁵ foi apresentado pela Secretaria de Indústria Comércio e Mineração do Pará (Seicom) com o objetivo de respaldar a

formulação de políticas e o planejamento de ações para o setor. O olhar no longo prazo se justifica porque projetos em mineração dependem de longa maturação. O parque mineral paraense é hoje o segundo maior do país, depois de Minas Gerais.

Atualmente, o governo paraense estima que haja pelo menos 20 novos projetos em implantação ou expansão no Estado, entre eles Belo Sun. Até 2030, a exportação mineral poderá chegar a 300 milhões de toneladas.

O maior projeto previsto é o S11D, da Vale, no município de Canaã dos Carajás.

35 <http://sedeme.com.br/portal/download/pem-2030.pdf>



A mina de Carajás da Vale é o maior empreendimento minerário a céu aberto no Pará

Investimentos estimados de R\$ 24 bilhões devem levar à criação da maior mina de ferro do mundo, com extração possível de 90 milhões de toneladas.

O governo acredita que a parcela da mineração no PIB do Estado pode saltar dos 26,5%, em 2011, para 35%, em 2030. O carro chefe continuará sendo o minério de ferro, voltado às exportações, seguido pelo cobre. Mas o ouro, por seu altíssimo valor, não deve ficar atrás.

O Projeto Volta Grande, da Belo Sun Mineradora Ltda., controlada pela canadense Belo Sun Mining Corp.³⁶, anuncia investimentos de R\$ 1,22 bilhão no município de Senador José Porfírio. Em 12 anos de atividade, almeja-se extrair 73,7 toneladas de ouro, que serão enviados por helicóptero para os compradores.

Além do Projeto Volta Grande, que planeja ter duas cavas abertas, Belo Sun possui licenças de pesquisa nos arredores, já autorizadas pelo Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM). Também adquiriu direitos sobre outras duas jazidas de ouro no país, uma no próprio Pará ("Patrocínio Gold Project") e outra em Goiás ("Rainbow Alexandrite Project").

O maior investidor na Belo Sun Mining Corp. é outra empresa de mineração

canadense, a Agnico Eagle Mines. A companhia, fundada em 1953 em Toronto, mantém o foco em ouro e possui atividades minerárias no próprio Canadá, na Finlândia e no México.

Um levantamento exclusivo sobre suas operações financeiras aponta a atuação de seis instituições ou consultorias financeiras nos processos de financiamento da Agnico Eagle Mines: são eles Canaccord Genuity, TD Securities, Bank of America, Merrill Lynch, National Bank of Canada, Scotiabank e Citi. A depender do desenrolar do Projeto Volta Grande e de seus impactos socioambientais, tais companhias poderiam ser chamadas à responsabilidade por seu papel na sustentação financeira de Belo Sun no Brasil.

Os cinco maiores investidores na Belo Sun Mining Corp. são elencados a seguir:

Nome da instituição	% das ações*
Agnico Eagle Mines	19.14
Sun Valley Gold	16.33
Sun Valley Gold Master Fund	10.44
RBC Global Asset Management	6.98
1832 Asset Management	6.46

Fonte: quote.morningstar.ca * Em 27/07/2017

O relatório financeiro³⁷ da companhia canadense referente a 2016 revela que os

³⁶ A companhia controladora possui o capital aberto desde 1996 na Bolsa de Toronto, o maior centro global para ações de mineradoras. Nas 52 semanas anteriores a 27 de julho de 2017, o preço por ação de Belo Sun variou entre 0,50 e 1,14 dólares canadenses

³⁷ http://www.belosun.com/_resources/financials/BSX_MDA-Q4-ending-Dec-31-2016.pdf

dois maiores controladores conduziram a emissão de 22.680.000 ações da Belo Sun Mining Corp. na Bolsa de Toronto, a fim de levantar novos investimentos. A operação atingiu 12 milhões de dólares canadenses.

O documento financeiro ainda indica que está em negociação com o governo do Pará descontos no pagamento de impostos, o que poderia elevar a renda dos investidores – e, por outro lado, retirar recursos do orçamento público. De acordo com a Semas, o empreendimento gerará 60 milhões de reais em royalties de mineração em 12 anos, ou seja, R\$ 5 milhões ao ano. Desse total, 65% (R\$ 3,25 milhões/ano) serão destinados a Senador José Porfírio, município sede do empreendimento. Em impostos, Belo Sun vai gerar cerca de R\$ 130 milhões, em nível federal, estadual e municipal, durante o período de instalação. Uma vez operando, serão R\$ 55 milhões ao ano, também para impostos nas três esferas. Vale lembrar que a análise foi feita antes da divulgação, pelo governo federal, de um novo marco para a mineração, que prevê um pagamento maior de royalties pelas empresas³⁸. Agora, o cálculo passaria a ser

38 <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=26/07/2017&jornal=1&pagina=1&totalArquivos=224>

feito sobre a receita bruta, e não mais sobre o faturamento líquido.

O relatório financeiro da Belo Sun Mining Corp. também revela que foram gastos, ao longo do ano, R\$ 4,5 milhões na compra de direitos de posse de terra no Brasil. Ao mencionar as metas da empresa para 2017, o documento deixa claro que o foco deve ser o desenvolvimento do Projeto Volta Grande, em três aspectos:

- a) Montar a equipe no Brasil e avançar com os estudos de engenharia
- b) Aperfeiçoar o modelo de financiamento do projeto
- c) Manter os estudos de pesquisa ao sul e norte da atual jazida, de modo a permitir a expansão das atividades

Um dos argumentos mais acionados pelos representantes de Belo Sun na defesa do projeto é a expectativa de geração de emprego e renda na região de Altamira. A realidade, no entanto, é que na fase de produção da mina serão mantidos apenas pouco mais de 500 postos de trabalho – dos quais muitos exigirão especialização –, o que de longe não alivia o grave problema de desemprego na região.

7. CONCLUSÃO: O QUE PROMETE O FUTURO PARA A VOLTA GRANDE DO XINGU

Em que pese a promessa de Belo Sun de que os impactos das atividades minerárias sobre a Volta Grande do Xingu terão aspectos positivos – como geração de postos

de trabalho e receitas para o Estado –, e que os impactos negativos serão monitorados e, na medida do possível, mitigados, postos na balança, os efeitos do projeto, pelos dados

Todd Southgate



Altamira, maior município da região e sede administrativa de Belo Monte, é hoje a cidade mais violenta do Brasil

aqui apresentados, tendem a aprofundar severamente os problemas ambientais, sociais, culturais e econômicos já causados por Belo Monte.

De acordo com a nota técnica dos empreendedores de novembro de 2012³⁹, os impactos sinérgicos cumulativos de Belo Sun foram analisados nos estudos ambientais e encontram-se no EIA, Parte 6, Capítulo 6. Ressalta-se que a análise contemplou todas as etapas do projeto (planejamento, implantação, operação e fechamento).

Destaca-se nesta análise que, independente do grau de investimentos em medidas de mitigação, os efeitos negativos são inevitáveis e graves. Nesse sentido, a empresa listou o aumento da frota de veículos, que multiplicará, de forma cumulativa, o número de casos de atropelamento da fauna na área de influência do empreendimento. Veículos usados nestas atividades deverão levar a perda de espécimes; aumento do volume e do impacto de material particulado (poeira e outros) em suspensão; afugentamento e perturbações da fauna pela geração de ruídos e supressão de fragmentos florestais; aumento da pressão sobre os recursos naturais pela atração de pessoas pelo empreendimento; perda acumulada de espécies da flora, alterando a comunidade terrestre e levando a alterações na paisagem; alterações no

metabolismo das plantas em função do acúmulo de material particulado na face superior das folhas; alterações na dinâmica ecológica da comunidade aquática e fauna associada; alterações cumulativas no ambiente aquático por atividades que gerem efluentes ou alterem a vazão de rios; alteração da paisagem em função do aumento das pilhas de estéril e pela retirada de madeira.

O documento afirma ainda que quaisquer atividades garimpeiras levam à contaminação (cianeto, mercúrio e rejeitos) e retirada de camadas do solo. De acordo com a empresa, o uso de cianeto nos garimpos artesanais deixará de ocorrer, mas, em relação à Belo Sun, por se tratar de um empreendimento em escala industrial, “obviamente que o consumo de cianeto pelo Projeto Volta Grande será bem maior que o consumo atual da atividade garimpeira; no entanto, este consumo será feito em ambiente industrial, de forma controlada e com monitoramento contínuo”, a cargo do Ministério da Defesa.

Mas qual será o legado deste projeto para a população da Volta Grande? No que se refere às comunidades e municípios da área de influência, o empreendedor prevê que, assim como Belo Monte, Belo Sun deverá atrair um grande número de pessoas em busca de emprego, o que causará forte pressão sobre os sistemas públicos de saúde, educação, segurança pública e infraestrutura urbana e de saneamento.

39 <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/41/Nota%20Tecnica%20PVG%281%29.pdf>



Desmatamento na Volta Grande disparou depois de Belo Monte

Belo Sun afirma que a mineração trará “novas relações de trabalho numa região caracterizada pela agricultura e pecuária de subsistência, pela extração ilegal de madeira e garimpo, refletindo no imaginário coletivo da população como fator positivo, estimulando nos jovens da região o desejo por novas formas de relações trabalhistas”. Contraditoriamente, porém, prevê logo em seguida que, quando terminar o saque do ouro depois de 12 anos, o prognóstico para a região é de que “a desativação da mina tende a aumentar a quantidade de madeireiros e garimpeiros, a não ser que haja investimento do poder público gerando novos empregos para a população”.

Levando-se em conta o legado da construção da hidrelétrica de Belo Monte, pouca esperança há de que grandes projetos venham a modificar positivamente a economia e as condições de vida da população da Volta Grande do Xingu. Segundo o *Mapa do Emprego e Desemprego do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos no Pará* (Dieese/PA) divulgado no início de 2017, Altamira, principal município da região, foi o campeão do desemprego no Estado em 2016, efeito direto do término da obra de Belo Monte. Some-se a isso a conclusão do *Atlas da Violência 2017 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* (Ipea), que coloca a cidade como a mais violenta do país, a primeira entre os municípios com mais de 100 mil habitantes no quesito homicídios e mortes violentas⁴⁰.

A verdade é que a promessa de Belo Sun, de que será um vetor de desenvolvimento para a Volta Grande e a região de Altamira, esbarra na dura realidade enfren-

tada pela população local. Há desconfiança generalizada. Antes de ser construída, Belo Monte também se constituía em base para o discurso de que uma nova era se iniciaria. Hoje, nem peixes suficientes o rio Xingu oferece mais.

GLOSSÁRIO - SIGLAS

ACP	Ação Civil Pública
CNDH	Conselho Nacional de Direitos Humanos
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DPE	Defensoria Pública do Estado do Pará
ECI	Estudo do Componente Indígena
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
Funai	Fundação Nacional do Índio
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA	Instituto Socioambiental
MPF	Ministério Público Federal
MP-PA	Ministério Público do Estado do Pará
MXV	Movimento Xingu Vivo
Semas	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará
TI	Terra Indígena
TJ-PA	Tribunal de Justiça do Pará

*Marcel Gomes

É um dos coordenadores da Repórter Brasil (www.reporterbrasil.org.br). Esta pesquisa foi realizada sob supervisão de Verena Glass e com a colaboração de Ana Laide Barbosa, André Campos, Anne-Dominique Correa, João Neto Carvalho de Souza e Ruy Sposati.

40 <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/altamira-lidera-ranking-de-cidades-mais-violentas-do-brasil-diz-ipea.ghml>

PONTO DE DEBATE

Fundação Rosa Luxemburgo

Edição n.16, outubro de 2017

ISSN 2447-3553

Ponto de Debate é uma publicação editada pela Fundação Rosa Luxemburgo com o apoio de fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica da Alemanha (BMZ). Abre espaço para o debate de temas sob a diretriz Bem Viver no Brasil e no Cone Sul: direitos humanos e da natureza na perspectiva de transformação, justiça social e justiça ambiental.

Todos os artigos são de responsabilidade exclusiva das pessoas que os assinam, não refletindo, necessariamente, a opinião da FRL.

Esta obra possui a licença Creative Commons 3.0 BY-NC-ND (Atribuição – Uso não comercial – Não a obras derivadas).



Diretor: Gerhard Dilger
Coordenação editorial: Verena Glass
Projeto gráfico: Fabiano Battaglia
Tiragem: 500 exemplares
Rua Ferreira de Araújo, 36
CEP 05428-000 São Paulo (SP) Brasil
rosaluxspba.org

